



Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

COMISSÃO DE IMPRENSA
DO COMITÉ LENINE
(COMITÉ CENTRAL DO MRPP)

Rua Francisco Sanches, nº8, r/c, Dtº. Lisboa



CIRCULAR Nº15 À IMPRENSA NACIONAL E ESTRANGEIRA,
RÁDIO, TELEVISÃO E AGÊNCIAS NOTICIOSAS

ASSUNTO: COMUNICADO DE IMPRENSA DA REUNIÃO DE 22 DE MARÇO DO
COMITÉ LENINE (COMITÉ CENTRAL DO MRPP)

O Comité Lenine, Comité Central do Movimento Reorganiza-
tivo do Partido do Proletariado (MRPP), realizou, no passado dia 22 ,
uma Reunião Plenária Extraordinária, na qual analisou de forma exaus-
tiva a situação política criada no nosso país e definiu, à luz do Mar-
xismo-Leninismo-Maoísmo, da realidade concreta da revolução em Portu-
gal e da linha geral e diversas linhas políticas específicas saídas da
Iª Conferência Nacional, as tarefas que se colocam ao nosso Movimento,
à classe operária e ao povo português.

O Comité Central entende que a situação política portu-
guesa sofreu uma alteração radical após o complot fascista spínolista
de 11 de Março (ao qual deram a sua adesão mais ou menos discreta dois
dos partidos da coligação governamental) e do contra-golpe social-fas-
cista que se lhe seguiu, com a institucionalização da ditadura mili-
tar, a que os partidos conciliadores e traidores pretendem emprestar
uma fachada democrática.

A institucionalização da ditadura militar significa a
consolidação da contra-revolução e representa um acordo temporário e
passageiro entre as diversas facções do imperialismo, incluindo o so-
cial-imperialismo revisionista soviético, bem como entre os diversos
sectores da burguesia seus lacaios.

Esse acordo, feito de profundas contradições e que traz
no seu seio os factores duma redobrada luta pela redivisão do produto
do saque e da rapina sobre o nosso país e o nosso povo por parte dos
diversos imperialismos e das respectivas cliques da classe dominante,
visa intensificar a exploração e a opressão das massas trabalhadoras e
combater por todos os meios a revolução ascendente.

Constitui uma demonstração clara e inequívoca das confa-
bulações e planos contra-revolucionários da actual coligação de for-
ças no Poder, o facto de que as primeiras medidas do recém criado Con-
selho Superior da (contra) Revolução tenham por alvo o nosso Movimen-
to, através da suspensão das suas actividades legais, da proibição do
uso do seu símbolo e do impedimento de participar nas eleições para a
Assembleia Constituinte, tudo isso conjugado com a prisão de dezenas
de camaradas nossos e de outros elementos das massas, com a intensifi-

cação das campanhas de calúnias mais torpes e mais soezes, agora orques-
tradas directamente pela 5ª Divisão do Estado Maior General, e do de-
sencadeamento, sob cobertura do COPCON, duma vaga de terrorismo soci-
al-fascista feita de assaltos à mão armada, de depradações dos nossos
locais de trabalho legal, de prisões e sequestros praticados em nome
do MFA e dum seu número de agressões sanguinárias e cobardes.

A revolução avança, à medida que cria uma contra-revolu-
ção forte e coesa. Todos estes actos contra-revolucionários e bem as-
sim o uso da violência contra-revolucionária armada significam que a
alteração radical na situação política portuguesa se consubstancia no
facto de que a fase do desenvolvimento pacífico da revolução terminou
e de que se abre uma nova fase na qual se colocam à classe operária e
ao povo e, portanto, aos marxistas-leninistas-maoístas, as tarefas de
prosseguir a revolução por outros meios, intensificando a sua prepara-
ção e organização política e militar.

O Comité Central recorda que a prática da vida não veio
senão demonstrar insofismavelmente a inteira justeza das teses cientí-
ficas do nosso Movimento de que "a revolução está na ordem do dia" e
de que "a burguesia já não pode governar".

O Comité Central reafirma a justeza da análise e da tática
elaborada quanto à questão das eleições para a Assembleia Consti-
tuinte tornada pública no grande comício de 22 de Novembro passado,
lembrando que a vida veio corroborar inteiramente as nossas previsões
políticas. De facto, o Comité Central afirmou nessa data que a nossa
táctica de participação nas eleições iria colocar e colocou a burgue-
sia entre a espada e a parede: ou bem que o nosso Movimento iria po-
der participar, em igualdade com os partidos da burguesia, nas elei-
ções para a Assembleia Constituinte - e desmascararíamos as farsas e as
fraudes da classe dominante e seus partidos; ou bem que o nosso Move-
mento seria proibido de participar (como o foi) - e seriam a classe
dominante e seus partidos a arrancarem a sua própria máscara e a exi-
birem aos olhos do povo a real fâcies contra-revolucionária que dese-
peradamente procuram ocultar.

Desde a data de 22 de Novembro que a outra coisa se não
tem assistido que não seja a alterações e contra-alterações diárias
das diversas leis eleitorais burguesas, todas com o sentido de tornar
crescentemente impossível a participação do nosso Movimento. Porém, o
contra-ataque que em todos os casos fomos capazes de desencadear, le-
vou o inimigo a recorrer ao último meio, e que foi o da proibição da
participação.

O Comité Central alerta para o facto de que os partidos
conciliadores e traidores, dentro e fora da coligação governamental e
com especial destaque para o partido social-fascista do ministro Bar-
reirinhas Cunhal são os principais responsáveis pelo reforço das posi-
ções da contra-revolução, pois foram eles que, com a sua política de
pactuação, de mentira e de traição, criaram todas as condições para a
institucionalização da ditadura militar e para o desencadeamento dare
pressão sangrenta sobre o povo. Nenhum operário nem nenhum elemento do
povo se deve deixar impressionar pelo sermão filisteu das carpideiras
do tipo Mário Soares, as quais aparentam estar contra a repressão que
só eles suscitam e alimentam. É próprio da natureza de todos os filis-
teus chorarem azeite por um dos olhos, depois de terem abundantemente
vertido vinagre por um dos outros...

À luz da tarefa central que a nova situação política co-
loca - e que é a de intensificar os preparativos para que a revolução
possa avançar por outros meios - o Comité Central estudou e determi-
nou pormenorizadamente as tarefas particulares que se colocam nas di-

versas frentes da luta.

Assim, e desde logo, o Comité Central adoptou as medidas necessárias a uma ampla mobilização de todos os quadros e das massas, com vista a debater a actual situação política, a colocar todas as forças em tensão para cumprir todas as tarefas, antes de tudo e sobretudo a tarefa da fundação do Partido comunista marxista-leninista-maoísta de Portugal.

O Comité Central pôs o acento tónico na necessidade de intensificar o Movimento de Rectificação Geral em curso e de o centrar na luta contra o capitulacionismo e o liquidacionismo, como os perigos principais que espreitam as nossas fileiras, mas também contra o aventureirismo e o sectarismo, como perigos importantes.

O Comité Central aprovou todo um conjunto de resoluções de grande significado, nomeadamente no que concerne aos órgãos da vontade popular, nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nos bairros, nas vilas, nas escolas, etc., órgãos sem os quais o desenvolvimento da revolução não pode avançar para novas etapas.

O Comité Central debruçou-se igualmente sobre as particularidades da organização da luta dos soldados e marinheiros, tendo adoptado decisões sobre esta matéria, de acordo com a importância que esta frente desempenha na situação política actual.

O Comité Central adoptou, após estudo aprofundado da questão, uma resolução respeitante às tarefas da organização da juventude trabalhadora e estudantil.

O Comité Central, analisando a política das nacionalizações prosseguida pela actual coligação de forças no Poder, chamou a atenção para a demagogia dessa política e para o objectivo da classe dominante que é o de tentar superar a crise asfixiante em que se debate à custa das massas trabalhadoras; ressaltou o facto de que a questão das nacionalizações é indissociável da questão de saber qual é a classe que detém o Poder, pelo que as nacionalizações em curso têm um carácter de classe burguês, consistindo na substituição do capitalista pelo Estado dos capitalistas, na substituição do patrão pelo Estado dos patrões. Ademais, e por isso mesmo, as nacionalizações não tocaram no capital imperialista estrangeiro e reforçaram mesmo a posição dos capitalistas e monopólios, uma vez que as suas empresas não foram confiscadas, mas compradas pelo Estado e, portanto, pagas com o dinheiro dos impostos extorquidos à classe operária e ao povo trabalhador. Nestes termos, a política burguesa das nacionalizações visa criar uma base material, económica, que sirva de suporte à instauração da ditadura social-fascista no nosso país. Por outro lado, é através do controle do sector assim nacionalizado que o social-imperialismo revisionista soviético, servindo-se da sua agência em Portugal, o partido social-fascista do ministro Barreirinhas Cunhal, intenta fixar as garras sobre o nosso povo e sobre o nosso país. Ao acordo político transitório que, na sequência do 11 de Março, os diversos imperialismos estabeleceram quanto ao controle do poder político e à intensificação da repressão sobre o povo, junta-se um transitório acordo económico entre eles pela redistribuição e partilha do nosso país, o qual acordo económico tem na política de nacionalizações em curso o seu instrumento principal.

É evidente que o que estes acordos transitórios trazem é a preparação e intensificação da guerra inter imperialismos pelo saque da nossa pátria e a acumulação dos factores da guerra civil contra-revolucionária, com os inevitáveis golpes e contra-golpes de Estado, entre as diversas cliques burguesas lacaias de cada um dos imperialis

mos à compita. Do nosso ponto de vista, ou será a guerra civil contra-revolucionária que desencadeará a revolução, ou a revolução que impedirá o desencadeamento da guerra civil contra-revolucionária.

O Comité Central fez ainda ressaltar a necessidade do lançamento e organização de um amplo movimento democrático contra a repressão militarista e contra o terrorismo fascista e social-fascista, centrando para já esse movimento não só na direcção de um amplo protesto popular contra a ilegalização do nosso Partido e pela revogação imediata das medidas de suspensão, como também na luta pela libertação imediata das dezenas de anti-fascistas presos.

No que respeita às eleições para a Assembleia Constituinte, e uma vez que a classe operária e o seu Partido - o MRPP - foram ditatorialmente impedidos de nelas participar, o Comité Central considerou que a tática correcta a adoptar nesta questão é a tática do boicote activo à farsa eleitoral. Nesse sentido, foram aprovados um conjunto de planos e medidas políticas.

O Comité Central, examinando atentamente as graves provocações e agressões do terrorismo social-fascista, conduzidas pelo partido vende-operários e vende-pátrias do ministro Barreirinhas Cunhal, definiu a justa política de responder-lhes taco a taco, apoiando-se na mais ampla mobilização das massas populares. O Comité Central responsabiliza desde já o chamado Conselho Superior da Revolução, o Governo Provisório fantoche, os partidos da coligação governamental e, em especial, o partido social-fascista do ministro Barreirinhas Cunhal pelas consequências que inevitavelmente irão decorrer da impunidade com que tem julgado poder contar a canalha social-fascista. Não será de certo necessário recordar, a quem julga poder semear ventos, que terá de colher as inevitáveis tempestades.

O Comité Central elaborou, por fim, directivas no que toca às tarefas da propaganda, traçou os planos requeridos pela concretização das directivas que adoptou e dirigiu um vibrante apelo a todos os quadros, simpatizantes e aderentes, a todos os revolucionários, a todos os democratas, patriotas e anti-fascistas, às amplas massas populares, no sentido de cerrarem fileiras em torno do nosso Movimento, a marcharem resolutamente sob a sua bandeira e a prepararem-se com ardor para a luta dura, para pesados sacrifícios e dificuldades, mas também para as grandes vitórias que a revolução incontestavelmente lhes reserva.

A burguesia, com a cobertura criminosa de todos os oportunistas, filisteus, conciliadores e traidores, prepara contra o povo uma sangrenta ofensiva, ofensiva que se anuncia já nas medidas tomadas contra o nosso Movimento e no terrorismo social-fascista à solta e impune. O nosso Movimento e todos os revolucionários consequentes devem preparar-se urgentemente; devem encarar com firmeza e com entusiasmo transbordantes a clandestinidade e as tarefas da luta clandestina; devem saber combinar o trabalho legal com o trabalho ilegal; devem saber unir-se às amplas massas do povo como os lábios com os dentes e viver no seu seio como peixe na água; devem saber pôr plenamente em jogo o estilo bolchevique caldeado em mais de quatro anos de luta dura, antes de 25 de Abril de 1974; devem aprender e fazer seu o espírito indomável do heroísmo popular do camarada José António Ribeiro dos Santos.

O Comité Central exorta todos os camaradas a colocarem totalmente em prática o estilo de luta dura, vida simples e pensamentos elevados.

O povo não ajoelha; a classe operária não dobra a cerviz; o
nosso Movimento não baixa a cabeça!

Ninguém há-de calar a voz da classe operária!

Venceremos, porque o povo vencerá!

22 de Março de 1975

O Secretário para a Imprensa

José Freire Antunes